

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Chance ao biocombustível	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Em carta, presidente da Petrobras prevê continuar até 2019.....	3
Título: É passado	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Novo presidente da Vale traça estratégia para grupo.....	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	6
Título: A reforma do gás natural	6
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Curtas	7
Título: Destaques.....	8
Título: Eletrobras admite que crise dificulta a venda de ativos.....	8
Título: Aneel reduz em 10,66% tarifa da Cemig.....	10
Título: Geração solar cresce e acelera debate sobre armazenamento.....	11
Título: Crise política ameaça retomada de consumo.....	14
Título: Aneel reduz em 10,66% tarifa da Cemig.....	16
Título: Parente admite instabilidade, mas diz ficar até 2019.....	17
Título: Ecopetrol mira áreas de próximas rodadas da ANP	18

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires****Título: Chance ao biocombustível**

Lançado pelo Ministério de Minas e Energia no fim de 2016, o Renova- Bio tem como principal premissa auxiliar, por meio de uma política de descarbonização do setor de transporte, a implementação dos compromissos que o Brasil assumiu no Acordo de Paris.

Através da valorização dos combustíveis renováveis e do destravamento do investimento na capacidade de produção dos biocombustíveis, o programa visa contribuir para o alcance desses objetivos ambientais. Trata-se, então, da construção de um caminho bem pavimentado para a reformulação da matriz energética de transporte brasileira.

Pelo programa, o Brasil, que é muito dependente dos combustíveis líquidos fósseis, deve passar a contar com participação mais significativa dos renováveis — etanol, biodiesel, biogás e bioquerosene — em sua matriz energética. E os mecanismos para a consolidação desta política são mandatos anuais de emissões — por intensidade carbônica dos diferentes combustíveis utilizados nos motores de veículos leves — que devem ser reduzidas ano a ano.

Ou seja, a partir de uma meta definida pelo governo, os diversos agentes da cadeia de comercialização não poderão ultrapassar o volume de emissões. Como o setor de transporte responde por grande parte das emissões brasileiras, ele é, portanto, um dos pontos principais que precisam passar por mudanças, a começar por um uso maior dos combustíveis renováveis.

E isso começa pela revelação ao consumidor que os combustíveis fósseis têm um alto custo social, e que ninguém é penalizado pela poluição gerada. Para o setor sucroenergético, principalmente, que possui uma relevância no mercado brasileiro, seja pela contribuição na redução dos níveis de poluição do ar em todo o país — sobretudo nos grandes centros — seja pelo que agregou de desenvolvimento tecnológico e industrial nas últimas décadas, o RenovaBio 2030 também contribuirá para a retomada de um ritmo forte e sustentável de crescimento, diferentemente dos últimos anos, que têm se mostrado particularmente difíceis, com grande endividamento e fechamento de usinas e, conseqüentemente, queda no emprego.

Além disso, o mercado sairia da política de stop and go, marcada por decisões erráticas de governos anteriores, rumo ao horizonte de 2030, ou seja, um

caminho mais claro e previsível para a indústria aumentar sua capacidade de produção e o Brasil voltar a ocupar papel relevante no uso de biocombustíveis.

Para que o Brasil cumpra seus compromissos, será necessário produzir 54 bilhões de litros de etanol, quase que o dobro se comparado ao número atual. É uma meta ambiciosa, mas que levará a sociedade, a iniciativa privada e o governo a entenderem e valorizarem as externalidades positivas do biocombustível de cana.

Como resultado, esse setor deverá investir US\$ 40 bilhões em capacidade, tecnologia e produção e empregar mais de 750 mil pessoas, promovendo a redução de emissões estimada em 571 milhões de toneladas de CO₂eq., volume equivalente a três vezes o total emitido pelo desmatamento de florestas no país de 2014 a 2030.

São previsões fundamentadas e que dependem da ação de diversos agentes para tornar-se uma realidade e fazer com que os biocombustíveis, em especial o etanol brasileiro, contribuam decisivamente no combate aos efeitos trágicos do aquecimento global, proporcionando ganhos econômicos, sociais e ambientais para a população brasileira e para o planeta.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Em carta, presidente da Petrobras prevê continuar até 2019

Em mensagem enviada aos empregados da Petrobras na segunda (22), o presidente da companhia, Pedro Parente, afirmou que tem a intenção de cumprir seu mandato à frente da estatal, que termina em abril de 2019.

Sem citar o presidente Michel Temer, ele fala em sua carta sobre o "momento de instabilidade política no país" e sobre como a empresa a empresa deve reagir a este cenário.

"Com relação ao meu caso específico, meu compromisso é com a Petrobras. Tenho mandato aprovado pelo nosso conselho de administração até abril de 2019", escreve Parente.

"Essa é a definição da governança da nossa empresa que observarei enquanto mantidos os princípios que atualmente guiam a gestão da empresa, de autonomia e profissionalismo e com responsabilidade financeira e econômica."

Parente escreve semanalmente mensagens aos empregados da companhia. Já usou o espaço para defender o plano de venda de ativos da estatal e tentar desmobilizar greves organizadas por sindicatos.

"Especulações sobre minha saída para qualquer outro cargo não são por mim autorizadas, não foram por mim estimuladas e não representam a minha vontade", reforça o executivo, na carta desta segunda.

No texto, ele enumera os resultados positivos apresentados pela Petrobras recentemente, como o lucro de R\$ 4,45 bilhões no primeiro trimestre, a produção de 2,72 milhões de barris de óleo equivalente em abril e a emissão de US\$ 4 bilhões em títulos no mercado internacional na última semana.

"Diante desses bons números, nosso papel é seguir em frente no rumo traçado. Continuar executando com responsabilidade e disciplina o nosso planejamento e trabalhando para que a nossa empresa alcance resultados cada vez melhores", diz ele.

DÍVIDA

Nesta terça (23), a Petrobras anunciou uma operação de alongamento de dívida com o Citibank. A companhia pagou US\$ 500 milhões que venceriam em 2017 e 2018 e tomou outro empréstimo, no mesmo valor, com vencimento em 2022.

A operação faz parte de um esforço para empurrar para frente vencimento de dívidas, que estão muito concentrados no final da década.

Em nota, a estatal disse que "continuará avaliando novas oportunidades de financiamento".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: M.C.F.

Título: É passado

A venda de GLP no Brasil abaixo do preço internacional gerou perdas de R\$ 8 bilhões para a Petrobras entre 2006 e 2015, segundo a Accenture e o Sindigás (sindicato que representa o setor).

A opção por preços menores é válida como forma de universalizar o acesso ao recurso, mas o prejuízo deveria caber ao Estado, e não a um agente de mercado, argumenta a entidade.

Outros R\$ 31 bilhões foram desperdiçados pela estatal, de acordo com a consultoria, por ter optado pelas vendas internas em detrimento das externas.

Os dados serão apresentados pelo Sindigás nas próximas semanas a equipes de ministérios e à representantes da ANP (agência reguladora), diz Sergio Bandeira de Mello, presidente do sindicato.

"Com pequenos ajustes, há uma grande oportunidade para o setor se tornar mais atrativo para o capital privado."

Procurada, a Petrobras não se manifestou até o fechamento da coluna.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Novo presidente da Vale traça estratégia para grupo

Fabio Schvartsman fará mapeamento da mineradora nos próximos 60 dias e contará com ajuda de executivo

O novo presidente da Vale, Fabio Schvartsman, ex-Klablin, vai traçar nos próximos dois meses um plano estratégico para a maior mineradora do mundo. Para ajudá-lo nessa nova fase, Schvartsman contratou o executivo Juarez Saliba de Avelar, ex-CSN, para trabalhar com o assessor da presidência da companhia.

Avelar conhece bem a empresa, trabalhou por 17 anos na mineradora e deixou a companhia em 2002, um ano depois de a chegada de Roger Agnelli no comando da gigante de minério. "Avelar é um executivo com perfil mais investidor. Durante sua passagem pela CSN, ajudava no planejamento de investimentos e expansão da siderúrgica. Ele também trabalhou no projeto da ferrovia Transnordestina", disse uma pessoa a par do assunto.

Schvartsman, que foi anunciado como novo presidente da companhia em março, assumiu oficialmente o comando da mineradora na segunda-feira. Mas, na semana passada, já estava em conversas com investidores externos, apurou o Estado. Schvartsman viajou para o exterior com o ex-presidente do grupo, Murilo Ferreira, e o diretor financeiro Luciano Siani, segundo fontes.

Procurada, a mineradora confirmou a contratação de Avelar, mas não detalhou qual será o papel do executivo na mineradora.

Ações. Ontem, as ações da companhia fecharam novamente em alta na B3, novo nome da Bolsa paulista. As ações preferenciais subiram 0,64% e as ordinárias

tiveram alta de 1,2%. Os papéis da Vale foram os que menos foram atingidos pela instabilidade no mercado, provocada pela atual crise política, após as delações dos controladores da JBS.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Robson Braga de Andrade

Título: A reforma do gás natural

A agenda da competitividade é imprescindível para o desenvolvimento do país. Precisamos de reformas que reduzam o custo Brasil por meio da melhora do ambiente de negócios, do estímulo aos investimentos privados, da promoção da concorrência e dos ganhos de produtividade. Uma boa iniciativa nesse sentido é o programa Gás para Crescer, liderado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que tem o potencial de reverter um dos entraves estruturais ao bom funcionamento da indústria nacional: o alto preço do gás natural.

Estudos publicados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no ano passado demonstram que, enquanto o mundo experimenta os benefícios da expansão da oferta de gás natural a custos baixos, o consumo dessa matéria-prima no Brasil está estagnado ou, em alguns casos, até recua. Segundo dados mensais do MME, pagamos até US\$ 13,93 por milhão de BTUs (unidade de energia) em nossas indústrias. Isso representa quase cinco vezes mais do que a indústria americana paga (US\$ 3,04) ou quase três vezes mais do que os alemães desembolsam pelo gás russo (US\$ 5,51).

A malha de transporte do insumo no Brasil é a mesma desde 2010. As diversas legislações estaduais inibem a concorrência na comercialização de gás, os órgãos reguladores dos estados são pouco efetivos e o mercado livre é uma realidade distante. É preciso reverter essa situação. O comércio de gás natural deve ser mais eficiente, promover a competitividade em todos os elos da cadeia, reduzir ineficiências e atrair novos investimentos.

Países como Espanha e Reino Unido promoveram profundas alterações legais em seus mercados, visando a abertura e o aperfeiçoamento da concorrência. Monopólios foram quebrados, com a criação de um novo ambiente de negócios. Houve atração de recursos privados em larga escala e redução das ineficiências. O resultado é que, hoje, nesses dois países, a sociedade conta com um gás mais barato. Nações como Argentina, México e Colômbia já seguem o exemplo, modernizando suas legislações para viabilizar investimentos em exploração, produção e transporte de gás.

As alterações legais, em todos esses lugares, não aconteceram sem embates, mas discussões técnicas bem conduzidas vêm superando posições ideológicas. O interesse econômico da maioria da população tem prevalecido sobre os privilégios de uma minoria, geralmente ruidosa. Num momento em que o Brasil se engajou em importantes reformas para retirar os obstáculos ao crescimento, chegou a vez de também enfrentar esse debate e modernizar o setor de gás natural.

A crise financeira da Petrobras ajudou a acelerar a discussão das alterações no marco legal do gás natural. A anunciada intenção da empresa de vender seus ativos nesse segmento exige adaptações profundas na legislação. Custos antes escondidos agora precisam ser transparentes. Monopólios comerciais devem ser quebrados. Diretrizes regulatórias nacionais e estaduais necessitam de alinhamento. A cobrança de ICMS sobre a movimentação de gás natural, em um mercado com múltiplos agentes, tem que ser repactuada.

Em janeiro deste ano, o MME montou uma força-tarefa para tratar tecnicamente do assunto. Durante três meses, intensas discussões foram realizadas com todos os setores produtivos interessados. Ainda em maio, o ministério conhecerá o resultado de todo esse esforço. Agora, é preciso criar o ambiente político propício para que seja construída uma proposta de alteração legal que beneficie a sociedade e a economia brasileira como um todo.

Atenta a esse processo, a CNI e as federações estaduais das indústrias estão trabalhando com outras instituições para que as mudanças necessárias na Lei do Gás encontrem, no Congresso Nacional, a receptividade que um assunto tão estratégico como esse deve ter. O caráter técnico do tema não pode dificultar o debate, essencial para que o país tenha importantes ganhos futuros.

É preciso lembrar que o custo da energia já foi um elemento que estimulava a competitividade da economia nacional. Hoje, infelizmente, trata-se de uma barreira para a expansão das indústrias nacionais. Remover ineficiências nessa área, geralmente fundamentadas em argumentos de natureza ideológica, é caminhar na direção da geração de empregos, do aumento dos investimentos e do crescimento sustentável da economia. Chegou a hora de enfrentar mais esse desafio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Consumo de energia

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) reviu a previsão de crescimento do consumo de energia do setor industrial do país em 2017, de 0,6% para 1,4%, em relação a 2016. O ajuste consta de nota técnica, assinada pelo órgão em conjunto com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A nova projeção, segundo a nota, incorpora dados do primeiro bimestre do ano, quando, pelos dados da EPE, o consumo do setor industrial foi 1,7% maior que igual período de 2016.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Assessor especial na Vale

Fabio Schvartsman, novo presidente da Vale desde anteontem, nomeou um assessor especial para a presidência da empresa. Foi escolhido Juarez Saliba de Avelar, que terá a função de apoiar Schvartsman nos diversos negócios da companhia. Um de suas primeiras missões é fazer um diagnóstico dos riscos da Vale e coordenar um grupo de trabalho. Esse grupo deverá apresentar, em 60 dias, um diagnóstico completo da performance da empresa, envolvendo todas as áreas funcionais e os negócios. Saliba já trabalhou por 17 anos na Vale, além de CSN, Steel do Brasil, Zamin e Aura Minerals.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Eletrobras admite que crise dificulta a venda de ativos

O cenário político conturbado e as incertezas sobre a permanência do governo atual não tiraram o foco da Eletrobras do seu plano de reestruturação e de desinvestimentos. No entanto, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, admitiu que os valores de seus ativos podem ser pressionados, fazendo com que a companhia possa não concluir as transações nos preços que poderia atingir em uma situação mais estável.

"O ambiente político acaba arrastando o ambiente econômico", disse Ferreira, que participou ontem de um evento na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ele contou que estava em Nova York na semana passada participando de um evento do Itaú BBA com investidores quando vazaram as primeiras informações da delação premiada de executivos da JBS, que implicaram o presidente Michel Temer.

Na quarta-feira, antes da delação ser divulgada, o interesse dos investidores estrangeiros no setor elétrico brasileiro era muito grande. O cenário mudou no dia seguinte, quando havia muita dúvida e incerteza sobre o Brasil. "Se tivéssemos o ambiente de quarta-feira, não haveria risco nenhum de se desfazer dos ativos, pelo contrário, havia muito interesse", disse Ferreira.

Com a condição atual, "talvez tenhamos uma dificuldade em fazer isso [vendas de ativos] nos preços que poderíamos conseguir", afirmou. Segundo Ferreira, o principal fator de atratividade para ativos de energia é o crescimento da economia. "Os ativos ficam mais valorosos com a melhora da economia", disse.

Ainda assim, a Eletrobras não considera, neste momento, alterar sua meta de redução de endividamento. "A meta de desalavancagem foi estabelecida porque é a melhor alternativa, não deveríamos colocar o processo em risco a não ser que não tenhamos interessados pelos ativos. Mas, sinceramente, pelo tipo de ativos que temos, importantes e já gerando caixa, não teremos problemas", disse.

A Eletrobras planeja obter R\$ 4,6 bilhões com seu plano de venda de ativos ainda neste ano. O plano é essencial para que a estatal atinja sua meta de redução de endividamento para uma relação entre dívida líquida e Ebitda de 4 vezes. Ao fim de março, a alavancagem estava em 5,7 vezes.

Uma questão muito importante para a Eletrobras foi esclarecida ontem, quando o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho (PSB-PE), anunciou que vai continuar no comando da pasta, apesar do rompimento de seu partido com o governo federal.

"O ministro é obviamente muito importante, ele tem a capacidade de integração dos agentes, tem boas ideias. Evidentemente eu torço para que ele continue, assim como o presidente Temer, porque essa é uma agenda dos novos tempos e os dois são importantes", afirmou Ferreira na manhã de ontem, antes do anúncio da decisão do ministro.

Segundo Ferreira, seu compromisso continua sendo com o trabalho de reestruturação da companhia e com o seu mandato no comando da estatal, que vai até abril de 2019. "Eu vim para fazer um trabalho de resgate e reestruturação da Eletrobras que está em curso nos dias de hoje", disse.

Ferreira, que foi convidado para comandar a Eletrobras pelo ministro Coelho Filho, a pedido do presidente Michel Temer, destacou que já conseguiu alcançar bons resultados na estatal desde sua posse, em julho do ano passado.

"Revertermos o prejuízo anual para lucro, no trimestre a mesma coisa, oferecemos uma ação importante de redução de custos, estamos com um plano para aposentadoria, privatizamos uma companhia [a Celg-D], temos planos de

vendas de ativos, fizemos muito em termos de governança", disse ele. "Então, obviamente meu compromisso é com meu mandato e com o projeto de reestruturação", completou.

Segundo ele, a Eletrobras pode ser vista como um "sintoma dos problemas estruturais do setor", mas as ações implementadas até agora pelo governo foram acertadas e resultaram em fortes ganhos para as empresas. "Para o setor, é importante que eles continuem", disse Ferreira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Aneel reduz em 10,66% tarifa da Cemig

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a redução média de 10,66% das tarifas da Cemig- D pelo calendário de reajustes tarifários anuais de 2017. O corte no custo da energia elétrica fornecida pela distribuidora mineira valerá a partir de domingo para 8,2 milhões de unidades consumidoras de 774 municípios de Minas Gerais.

Os consumidores residenciais e o comércio de pequeno porte (baixa tensão) contarão com a queda de 5,82% nas contas de luz. Já os clientes da classe de consumo industrial (alta tensão) terão a baixa no valor das tarifas ainda maior de 21,04%. A Cemig, controlada pelo governo de Minas Gerais, conta com o faturamento anual da ordem de R\$ 13 bilhões.

Nos cálculos dos reajustes, a Aneel considera o custo global do fornecimento de energia. Isso inclui os gastos com a compra de energia, o uso das redes de transmissão, os encargos setoriais e o serviço de distribuição que remunera as concessionárias do setor.

O relator do processo de reajuste tarifário da Cemig, o diretor José Jurhosa Junior, explicou que a redução das tarifas da companhia mineira é explicada pela retirada de "componentes financeiros" que pesavam sobre as contas de luz desde o reajuste do ano passado. Tal procedimento foi capaz de neutralizar o ligeiro aumento de custos com a compra de energia e o uso dos sistemas de transmissão e distribuição, repassados aos consumidores finais.

Ontem, a Aneel também aprovou a proposta de aumento médio de 18,75% das tarifas da Companhia Energética do Maranhão (Cemar) pela quarta revisão tarifária periódica (4º ciclo). A companhia fornece energia para 2,3 milhões de unidades consumidoras de 217 municípios maranhenses.

Enquanto o corte nas tarifas da Cemig foi justificado pela diminuição de custos financeiros apurados no reajuste de 2016, a alta das tarifas da Cemar poderá vir em contrapartida ao forte investimento da concessionária na rede de distribuição.

O índice médio de revisão da Cemar ainda é preliminar. Os cálculos vão passar por audiência pública pelo período de 24 de maio a 7 de julho, com reunião presencial em 14 de junho, em São Luiz. Os índices definitivos valerão a partir do dia 28 de agosto.

Se a atual proposta de revisão tarifária passasse a valer hoje, a classe de consumo de baixa tensão contaria com a alta de 18,97% nas contas de luz. Já os consumidores industriais teriam o aumento de 17,82%.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse que a Cemar, controlada pelo grupo Equatorial Energia, tem sido recompensada, via tarifa, pelo volume de investimento feito na rede de distribuição da concessionária.

"Essa tarifa não é uma das mais baixas do país, mas isso, sem dúvida, é consequência do nível de investimentos que ela faz e que se traduz na melhoria da qualidade", afirmou Rufino.

O relator do processo de revisão tarifária da Cemar, o diretor da Aneel André Pepitone, disse que a audiência pública dará a oportunidade de debater até que ponto os consumidores estariam interessados em obter nível elevado de qualidade no serviço de distribuição assumindo um custo tão alto nas contas de luz.

Na revisão tarifária, a Aneel busca aperfeiçoar a estrutura de cálculo das tarifas das distribuidoras prevendo a captura de ganhos comerciais das concessionárias em prol dos consumidores, por meio de descontos na fatura. A agência também define novos indicadores de qualidade (DEC e FEC) para o ciclo de revisão que se inicia - no caso da Cemar, de 2018 a 2021.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Natalie Thomas | Financial Times

Título: Geração solar cresce e acelera debate sobre armazenamento

Em 10 de maio, o Reino Unido atingiu um novo recorde na geração de energia solar. No começo da tarde daquela quarta-feira, a produção de eletricidade solar chegou a 8,5 gigawatts (GW), segundo a Eletric Insights, um site que acompanha a produção de energia no Reino Unido. Em seu pico, a fonte de energia "verde"

forneceu mais de 22% dos 38 GW que alimentavam a rede nacional britânica, com a energia solar superando por algumas horas a produção constante das usinas de energia nuclear do Reino Unido.

É um recorde que deverá ser superado logo, já que o Reino Unido, assim como outros países, gera cada vez mais energia a partir de fontes renováveis para atingir as metas relacionadas às mudanças climáticas. Em 2015, as fontes renováveis superaram o carvão e se tornaram a maior fonte de geração de energia instalada no mundo.

A contribuição cada vez maior das energias "limpas", em especial a eólica e a solar, para as redes de eletricidade, no entanto, traz o problema da imprevisibilidade e da intermitência dessas fontes.

Um dos problemas básicos das fontes renováveis é que seu fornecimento de energia é intermitente

A armazenagem ainda é uma parte bem pequena do mercado de energia, mas vem se desenvolvendo rapidamente tanto em pequena escala na esfera doméstica - onde os moradores podem usar baterias combinadas a painéis solares em seus telhados - quanto em escalas muito maiores, com a criação de "parques" de baterias projetados para equilibrar o fornecimento à rede elétrica.

Em 2005, no mundo, havia capacidade de armazenamento de 6 megawatts-hora (mWh) de energia nas empresas de distribuição em grande escala, segundo a Bloomberg New Energy Finance (BNEF). Hoje, a capacidade supera os 4.000 mWh. Ainda assim, isso é suficiente apenas para garantir o fornecimento temporário de cerca de 130 mil residências por um dia.

"Em 2016, havia quase 1.100 megawatts-hora de armazenamento de energia contratados nas distribuidoras em grande escala. Houve um aumento enorme nos últimos dois anos", diz Julia Attwood, da BNEF. Os números da BNEF incluem todas as tecnologias de armazenagem. Segundo analistas, a tecnologia "a ser superada" atualmente é a das baterias de íon de lítio.

"Um dos problemas mais básicos das fontes renováveis é que seu fornecimento de eletricidade é intermitente, enquanto grande parte da demanda é muito constante", diz Attwood. "Nossas redes, nossas indústrias e eletrodomésticos, são todos configurados para usar uma fonte de energia muito constante, que não varie muito. A armazenagem de energia pode ser uma solução para isso, atuando efetivamente como uma ponte entre a forma como geramos energias renováveis e a forma como a queremos consumir."

Nos Estados Unidos, as preocupações sobre a segurança no fornecimento energético impulsionam o interesse no desenvolvimento de baterias em grande

escala. Em 2015, na Califórnia, onde um grande vazamento de gás natural perto de Los Angeles afetou o fornecimento de energia convencional, as autoridades reguladoras decretaram que fossem construídas baterias de armazenamento para impedir novos cortes de energia.

No Japão, a tecnologia ganhou mais força depois do desastre nuclear em Fukushima, em 2011, quando as baterias foram consideradas uma ferramenta útil para lidar com interrupções no fornecimento da rede de eletricidade.

Na Alemanha, o declínio no custo dos painéis solares somado ao aumento dos preços na rede de energia fez crescer o interesse nas baterias de armazenagem doméstica.

"Agora, na maioria dos casos e na maioria dos países, é mais barato gerar eletricidade solar em seu telhado do que comprar eletricidade de uma distribuidora", diz Sam Wilkinson, da empresa de dados IHS Markit.

A popularidade dos sistemas de armazenagem da eletricidade gerada pelos painéis solares domésticos é incentivada por subsídios generosos na Alemanha e em outros países, que ajudam os moradores a pagar os custos iniciais da compra da bateria.

Embora o custo das baterias esteja diminuindo, Wilkinson admite que em muitos casos "são necessários incentivos" para expandir o mercado de baterias de armazenamento e, assim, ajudar a equilibrar a rede.

"Os custos caíram radicalmente, mas ainda há um longo caminho a percorrer antes de que [as baterias] sejam realmente incorporadas em todos os lugares da rede e [ainda] vamos ver volumes imensos delas", diz Wilkinson.

Paralelamente, o crescimento do mercado de veículos elétricos ajudou a reduzir os custos e a melhorar a concepção das baterias de íon de lítio. A bateria para uso em veículos elétricos caiu de US\$ 1 mil por quilowatt-hora em 2010 para US\$ 273 em 2016, segundo a BNEF, que prevê um declínio de mais 73% no custo até 2030.

Analistas destacam que o mercado ainda é muito novo, mas que novas melhoras tecnológicas das baterias, tanto na rede quanto em casa ou na estrada, deverão permitir que as fontes de energia intermitentes mais limpas ampliem seu papel na composição energética geral.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Crise política ameaça retomada de consumo

O clima turbulento instalado após as acusações ao presidente Michel Temer pode provocar paralisia momentânea da economia no curto prazo e atrasar a recuperação, apostam analistas. O consumo de aço, considerando a base da cadeia produtiva, seria dos mais afetados por conta de seu abastecimento a importantes setores da economia, mas as siderúrgicas podem driblar o cenário - mesmo que não totalmente - com sustentação de preços e exportações.

No mínimo, o mercado de aço brasileiro havia parado de cair. A curva de demanda começava a apontar para cima, com o consumo aparente - produtos nacionais e importados - crescendo 1,4% no primeiro quadrimestre, em comparação anual, para 5,9 milhões de toneladas. A produção também se elevou no período, reforçada pela chegada de novas empresas, como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) - uma alta de 15%, para 11,14 milhões de toneladas.

Agora, para a Tendências Consultoria Integrada, o setor apresenta o maior potencial de impacto, na base da cadeia produtiva, após a intensificação da crise política. "Dependendo do desfecho desse novo ambiente político, pode até ocorrer um novo ciclo de queda na confiança", diz Felipe Beraldi, analista da Tendências. "Pelo menos agora, entre maio e junho, o que acreditamos é em demanda parada."

O câmbio, além de sustentar os reajustes de preço, pode aliviar os resultados das usinas no lado da exportação

Uma análise generalista de sensibilidade para a economia feita pela consultoria apontou que os setores de infraestrutura e construção são os mais afetados com o prolongamento das incertezas. Ambos são grandes consumidores de aços longos, destinados à construção. No caso de aços planos, mais ligados ao consumo - automóveis e eletrodomésticos, por exemplo -, se a confiança apontar para baixo, com a demora na resolução da turbulência, o cenário também é ruim.

"A diferença é que em aços planos tanto a queda quanto a recuperação são mais rápidas. Em aços longos, depende muito mais do ciclo de construção, que é mais demorado", disse o analista.

A posição do Citi é de que se desenha um atraso para a retomada. "Acho que pelo menos por um tempo. Já acreditávamos que demoraria para se ver uma melhora substancial na demanda", afirma Thiago Ojea, analista do banco. "Com a turbulência política, isso tende a atrasar esse horizonte. Incerteza pode reduzir investimento, mas também potencial de consumo."

Mas as siderúrgicas podem contornar parte desse ambiente adverso com preços, acrescenta Ojea. "O câmbio tem sido muito volátil, principalmente nos últimos dois anos. Não sabemos com certeza o que vai acontecer, impeachment ou outro evento, então as pessoas estão aguardando", afirma. "Mas é claro que o dólar mais forte reduz o potencial de importação e dá segurança maior para os preços domésticos serem mantidos."

Depois da acusação contra Temer, feita em delação premiada dos executivos da JBS, o dólar disparou frente ao real. Desde então, a taxa cambial arrefeceu, mas segue alta. Para a Ativa Investimentos, contudo, dificilmente o câmbio volta ao que era antes, próximo a R\$ 3,10. O nível atual, inclusive, acima de R\$ 3,25, pode até sofrer correção para cima, afirma Phillip Soares, analista da corretora.

"Grande parte do mercado já mudou de opinião sobre a velocidade de aprovação de reformas", diz Soares. "Isso traz novas camadas de incertezas, como já vimos com a S&P colocando a nota soberana do Brasil em revisão. Talvez o real se enfraqueça ainda mais daqui para frente."

Para o analista da Ativa, se houver efeito da turbulência política no consumo de aço, será mais no longo prazo, caso investimentos sejam atrasados. A verdade é que a corretora já não acreditava em recuperação da demanda neste ano e via muito mais sinais de "estabilização engatando", do que retomada.

O câmbio, além de sustentar os reajustes de preço praticados até o início deste ano, pode aliviar os resultados das siderúrgicas no lado da exportação. Em relatório enviado posteriormente a clientes, Ojea, do Citi, calcula que o benefício do real fraco é maior do que o possível impacto na dívida em moeda estrangeira.

No caso da Gerdau, a mais exposta, a cada 10% de queda do real frente ao dólar, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) subiria em 18%. A dívida líquida cresceria 5%. Para a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o potencial seria de aumento em 18% no Ebitda e de 5% no endividamento. Usiminas ganharia 7% em Ebitda e pagaria 3% a mais de dívida.

Mas se em valor a exportação ajuda, em volumes a situação é mais complicada, diz Beraldi, da Tendência. Em meio a um excesso de capacidade de 800 milhões de toneladas e com o avanço do protecionismo em grandes mercados, o cenário não é favorável. Especialmente os Estados Unidos, lembrou o analista da Tendências, já encontra-se fechado para vários tipos de aço brasileiro, o que dificulta maior atividade nesse sentido.

A concorrência com importados, que vinha preocupando, também perde fôlego com o efeito cambial. Com a disparada da moeda americana e a recuperação da

cotação do aço lá fora, Ojea calcula que o prêmio do aço nacional sobre o importado encontra-se em 15%, na média. Na máxima do ano, chegou a 28%, incentivando compras de produtos estrangeiros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Aneel reduz em 10,66% tarifa da Cemig

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a redução média de 10,66% das tarifas da Cemig- D pelo calendário de reajustes tarifários anuais de 2017. O corte no custo da energia elétrica fornecida pela distribuidora mineira valerá a partir de domingo para 8,2 milhões de unidades consumidoras de 774 municípios de Minas Gerais.

Os consumidores residenciais e o comércio de pequeno porte (baixa tensão) contarão com a queda de 5,82% nas contas de luz. Já os clientes da classe de consumo industrial (alta tensão) terão a baixa no valor das tarifas ainda maior de 21,04%. A Cemig, controlada pelo governo de Minas Gerais, conta com o faturamento anual da ordem de R\$ 13 bilhões.

Nos cálculos dos reajustes, a Aneel considera o custo global do fornecimento de energia. Isso inclui os gastos com a compra de energia, o uso das redes de transmissão, os encargos setoriais e o serviço de distribuição que remunera as concessionárias do setor.

O relator do processo de reajuste tarifário da Cemig, o diretor José Jurhosa Junior, explicou que a redução das tarifas da companhia mineira é explicada pela retirada de "componentes financeiros" que pesavam sobre as contas de luz desde o reajuste do ano passado. Tal procedimento foi capaz de neutralizar o ligeiro aumento de custos com a compra de energia e o uso dos sistemas de transmissão e distribuição, repassados aos consumidores finais.

Ontem, a Aneel também aprovou a proposta de aumento médio de 18,75% das tarifas da Companhia Energética do Maranhão (Cemar) pela quarta revisão tarifária periódica (4º ciclo). A companhia fornece energia para 2,3 milhões de unidades consumidoras de 217 municípios maranhenses.

Enquanto o corte nas tarifas da Cemig foi justificado pela diminuição de custos financeiros apurados no reajuste de 2016, a alta das tarifas da Cemar poderá vir em contrapartida ao forte investimento da concessionária na rede de distribuição.

O índice médio de revisão da Cemar ainda é preliminar. Os cálculos vão passar por audiência pública pelo período de 24 de maio a 7 de julho, com reunião presencial em 14 de junho, em São Luiz. Os índices definitivos valerão a partir do dia 28 de agosto.

Se a atual proposta de revisão tarifária passasse a valer hoje, a classe de consumo de baixa tensão contaria com a alta de 18,97% nas contas de luz. Já os consumidores industriais teriam o aumento de 17,82%.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse que a Cemar, controlada pelo grupo Equatorial Energia, tem sido recompensada, via tarifa, pelo volume de investimento feito na rede de distribuição da concessionária.

"Essa tarifa não é uma das mais baixas do país, mas isso, sem dúvida, é consequência do nível de investimentos que ela faz e que se traduz na melhoria da qualidade", afirmou Rufino.

O relator do processo de revisão tarifária da Cemar, o diretor da Aneel André Pepitone, disse que a audiência pública dará a oportunidade de debater até que ponto os consumidores estariam interessados em obter nível elevado de qualidade no serviço de distribuição assumindo um custo tão alto nas contas de luz.

Na revisão tarifária, a Aneel busca aperfeiçoar a estrutura de cálculo das tarifas das distribuidoras prevendo a captura de ganhos comerciais das concessionárias em prol dos consumidores, por meio de descontos na fatura. A agência também define novos indicadores de qualidade (DEC e FEC) para o ciclo de revisão que se inicia - no caso da Cemar, de 2018 a 2021.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Parente admite instabilidade, mas diz ficar até 2019

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, reconheceu, em carta enviada aos funcionários da companhia, que o país vive um momento de "instabilidade política", mas que pretende permanecer no comando da empresa até o fim do seu mandato, em abril de 2019. "Especulações sobre minha saída da empresa para qualquer outro cargo não são por mim autorizadas, não foram por mim estimuladas e não representam a minha vontade", disse o executivo, no documento, ao qual o Valor teve acesso.

A carta foi enviada aos funcionários na segunda-feira, no fim do dia. No documento, Parente ressalta os resultados colhidos pela empresa recentemente. O lucro de líquido de R\$ 4,45 bilhões no primeiro trimestre reverteu prejuízo de R\$ 1,246 bilhão em igual período do ano passado. O Ebitda de R\$ 25,254 bilhões foi o maior valor da história da companhia em um trimestre, e 19% superior ante os primeiros três meses de 2016. Além disso, a produção de óleo e gás em abril somou 2,72 milhões de barris de óleo equivalente diários, no mesmo patamar em relação ao observado em igual período ano passado.

"Registramos lucro no primeiro trimestre e os nossos indicadores operacionais e financeiros mostram que a Petrobras está começando a consolidar uma virada [...] e, graças a todos esses resultados, a nossa dívida, em valores absolutos e relativos, vem se reduzindo, embora o seu valor total ainda seja muito alto", afirmou o presidente da Petrobras.

"Diante destes bons números, nosso papel é seguir em frente no rumo traçado [...] É com serenidade e uma firme visão de futuro que garantimos que a Petrobras siga no caminho de sua recuperação. Não vamos perder o nosso foco nesse momento de recuperação da empresa, mesmo diante desse cenário de instabilidade."

Sobre sua permanência no cargo, Parente acrescentou que "meu compromisso é com a Petrobras. Tenho mandato aprovado pelo nosso conselho de administração até abril de 2019. Esta é a definição da governança da nossa empresa que observarei enquanto mantidos os princípios que atualmente guiam a gestão da empresa, de autonomia e profissionalismo e com responsabilidade financeira e econômica".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Ecopetrol mira áreas de próximas rodadas da ANP

A petroleira colombiana Ecopetrol tem a intenção de participar das rodadas de blocos exploratórios deste ano no país, disse ontem o presidente da empresa no Brasil, João Clark. A companhia, segundo ele, ainda acompanha os desdobramentos da crise política nacional e avalia a lista de áreas ofertadas antes de decidir por participar das próximas licitações, mas está de olho na recomposição de seu portfólio exploratório no país.

"Temos uma decisão estratégica de ter o Brasil como um dos nossos focos de crescimento. Estamos analisando ainda [os ativos], vamos olhar tudo, mas temos interesse no Sudeste, no offshore [blocos marítimos]", afirmou ao Valor.

Para este ano, estão previstas para realização pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) a 14ª Rodada de concessões de blocos exploratórios e mais duas rodadas de partilha do pré-sal.

A Ecopetrol detém, atualmente, três concessões no país: opera 100% do bloco POT-M-567, na Bacia Potiguar, e 70% do bloco FZA-M-320, na Foz do Amazonas; além disso, é sócia da Chevron, com 50% de participação, no CE-M-715, no Ceará.

Segundo Clark, a empresa pretende reduzir sua participação em alguns desses ativos. A intenção é buscar um sócio com quem dividir os investimentos. O executivo, contudo, explica que a petroleira ainda está processando os dados sísmicos das concessões antes de iniciar processo de lançar o data-room e receber propostas.

"Entendemos que esse ainda não é o momento, antes de termos os dados do levantamento sísmico em mãos", disse o executivo da companhia colombiana.

le conta também que a empresa não tem previsão de quando iniciará as perfurações nas concessões, todas elas arrematadas em 2013, na 11ª Rodada da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Segundo Clark, a petroleira já não possui a "mesma pressa de antes" para investir nas áreas, já que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deu aval para a prorrogação, por dois anos, dos prazos para conclusão da exploração das concessão negociadas naquele leilão.

A Ecopetrol produz 712 mil barris diários de óleo equivalente de petróleo e gás natural, com o foco na Colômbia.

MME / ASCOM .